

SÉRIE ESTUDOS DO NUMA, 23

Educação e informação ambiental na construção da sustentabilidade na realidade amazônica

Organizadores

Marise Teles Condurú
Rodolpho Zahluth Bastos
Rosana Quaresma Maneschy
Maria do Socorro Almeida Flores

NUMA-UFPA
BELÉM
2020





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração pró-tempore: João de França Mendes Neto

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Des. e Gestão de Pessoal: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Rel. Internacionais: Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitora de Pesq. e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planej. e Des. Institucional: Raquel Trindade Borges

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Diretor Geral: Gilberto de Miranda Rocha

Diretora Adjunta e Coordenadora Acadêmica: Maria do Socorro Almeida Flores

Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente: André Luís Assunção de Farias

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia: Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes

Coordenadora de Informação Ambiental: Olizete Nunes Pereira

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação: Daniel Aparecido da Silva

COMISSÃO EDITORIAL NUMA/UFPA

Robert Walker - University of Florida, USA

Pierre Teisserenc - Université Paris 13, França

Carlos Walter Porto Gonçalves - Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Maria Vasconcellos - Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha - Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira - Universidade Federal do Pará, Brasil

EDITORIAÇÃO

Joyce Santana dos Santos Caetano

PROJETO GRÁFICO

Beatriz Aviz

REVISÃO TEXTUAL

Os Organizadores

Marise Teles CONDURÚ
Rodolpho Zabluth BASTOS
Rosana Quaresma MANESCHY
Maria do Socorro Almeida FLORES

Organizadores

**EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO
AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE NA REALIDADE
AMAZÔNICA**

EDITORA NUMA/UFPA
Belém
2020

Educação e informação ambiental na construção da
sustentabilidade na realidade amazônica

© Núcleo de Meio Ambiente

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA - Belém - PA

E24e Educação e informação ambiental na construção da sustentabilidade na realidade amazônica [recurso eletrônico] / Organizadores, Marise Teles Condurú ... [et al.]. — Dados eletrônicos. — Belém: NUMA/UFPA, 2020.

321 p. : il. color. (Série Estudos do NUMA, 23)

Inclui referências

Sistemas requeridos: Formato **.ePUB**: *Adobe Digital Editions, Calibre* (Pc); *iBooks, Blue Fire, Aldiko* (ios), *Lithium, Google Play Livros* (Android), *Lithium, Bookrizer Reader* (Windows Mobile); Formato **.mobi**: *Mobipocket Reader Desktop* (Pc), *PDA, Amazônia Kindle* e smartphone

ISBN 978-65-88151-04-4.

1. Educação ambiental - Amazônia. 2. Gestão ambiental. 3. Conflito - Administração. 4. Sustentabilidade e meio ambiente - Amazônia. I. Condurú, Marise Teles, Org. II. Bastos, Rodolpho Zahluth, Org. III. Maneschy, Rosana Quaresma, Org. IV. Flores, Maria do Socorro Almeida, Org. V. Série.

CDD: 23. ed.: 363.709811

Elaborado por Olizete Nunes Pereira - CRB-2

1057

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de responsabilidade exclusiva do (s) autor (es).

Todos os direitos reservados NUMA/UFPA
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE	23
<i>Marise Teles CONDURÚ; Rodolpho Zablutb BASTOS; Rosana Quaresma MANESCHY; Maria do Socorro Almeida FLORES</i>	
POLO INDUSTRIAL E A GERAÇÃO DE EXTERNALIDADES NEGATIVAS DECORRENTES EM BARCARENA-PA: PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO DE LIDERANÇAS LOCAIS E A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33
<i>Ana Cláudia de Sousa ARAÚJO; Otávio do CANTO</i>	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO ESCOLAR SOBRE O SUBTEMA RESÍDUOS SÓLIDOS	68
<i>Mariane Gama NABIÇA; Marilena Loureiro da SILVA</i>	
A TRILHA ECOLÓGICA COMO PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL O CASO DA TRILHA MARISTELA ARAÚJO SILVA NO IFPA, CASTANHAL- PA	93
<i>Ligia Paula Cabral do ROSÁRIO; Rosana Quaresma MANESCHY</i>	

**INFORMAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL: A GESTÃO DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ** **130**
Bruna Amaral SOUZA; Gilberto de Miranda ROCHA

**REGIME DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS
DA BIODIVERSIDADE: CARTILHA
INFORMATIVA DA LEI 13.123/2015** **174**
*Alexandre Silva ALVARENGA; Rodolpho Zabluth
BASOS; Lise TUPLASSU; Jean-Raphäel GROS-
DÉSORMEAUX*

**USO E DESPERDÍCIO DA ÁGUA NO
AMBIENTE ESCOLAR A CONTRIBUIÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A
UTILIZAÇÃO RACIONAL DA ÁGUA NA
ESCOLA - MADRE ZARIFE SALES** **188**
Ana Karolina Ferreira CORRÊA; Otávio do CANTO

**A TEMÁTICA ÁGUA NO ENSINO DE
BIOLOGIA: ABORDAGEM CRÍTICA COM
INTERFACE NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL** **222**
*Maiara Bessa FERREIRA; Marise Teles CONDURÚ;
Maria do Socorro Almeida FLORES*

**MAPEAMENTO DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DA
CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA:
COMUNIDADE QUILOMBOLA DEUS AJUDE –
SALVATERRA (PA)** **259**
Hemerson Nascimento da SILVA; Otávio do CANTO

**ABACATAL: REGIDO PELO SIGNO DO
CAMINHO DAS PEDRAS - UM REPENSAR
SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM
ESCOLA QUILOMBOLA**

283

*Noely da Silva LIMA; Ana Amélia de Araújo MACIEL;
Maria do Socorro Almeida FLORES*

CONCLUSÃO

**A SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA A
PARTIR DA EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO
AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

316

*Marise Teles CONDURÚ; Rodolpho Zabluth BASTOS;
Rosana Quaresma MANESCHY; Maria do Socorro Almeida
FLORES*

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

Marise Teles CONDURÚ

Rodolpho Zabluth BASTOS

Rosana Quaresma MANESCHY

Maria do Socorro Almeida FLORES

Muitos são os caminhos que se pode trilhar em busca da sustentabilidade na e da Amazônia, e dentre eles se destaca a educação ambiental e a informação ambiental, como alicerces para o conhecimento e desenvolvimento da região amazônica.

A educação ambiental, como um processo contínuo de aprendizagem, propicia agregar conhecimento para a construção da cidadania, com a formação de cidadãos que compreendam o ambiente local e planetário (JACOBI, 2003). E nesse sentido, tem-se como desafio coletar, organizar e dar acesso à informação ambiental, visando gerar conhecimento para a gestão e sustentabilidade da região amazônica, a fim de formar uma sociedade cidadã mais crítica.

No marco dos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental, é importante observar que a educação ambiental deve ser entendida como “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, não paginado). Nesse contexto, a educação ambiental é princípio, objetivo e instrumento de implementação das diversas políticas ambientais.

Como princípio, quando se entende que ela orienta os meios e conduz ações na seara ambiental com destaque para o “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo” (BRASIL, 1999, não paginado). Orienta também quanto ao respeito às diferenças e pluralismo de ideias, quanto às práticas pedagógicas, na concretização da inter, multi e transdisciplinaridade. Destaca a necessidade da:

vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, a garantia de continuidade e permanência do processo educativo, a permanente avaliação crítica do processo educativo, a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999, não paginado).

Como objetivo, a educação ambiental está nas metas que devem ser atingidas pelas implementações das diversas políticas ambientais, destacando-se metas como “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações”, “a garantia de democratização das informações ambientais” e o “fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamento para o futuro da humanidade” (BRASIL, 1999, não paginado).

A instrumentalização da educação ambiental se dá pela transmissão de informações sobre os conteúdos das políticas ambientais por meio formal, que diz respeito ao processo de escolarização, não como disciplina e sim como prática educativa integrada e contínua em todos os níveis e modalidades de ensino. De igual maneira por se instrumentalizar a educação ambiental por meio não formal, que compreende as ações e práticas educativas e informativas voltadas para a sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais, a organização social e a participação na proteção e na qualidade do meio ambiente.

Sobre a promoção da educação ambiental é importante ressaltar que no Brasil é uma determinação constitucional desde

1988 e bem assim foi também pioneiro na América Latina em aprovar uma política específica com o propósito de:

compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com os requisitos ambientais mínimos, utilizando e conservando de modo racional os recursos naturais, e solidarizando-se sincronicamente (nos tempos presentes) e diacronicamente (através dos sucessivos tempos) com toda humanidade. O destino das gerações futuras encontra-se nas mãos das presentes (MILARÉ, 2015, p. 91).

Portanto, com a educação ambiental, busca-se garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental a todos, pelo comportamento e atitudes, com consciência, das gerações presentes, a fim de influenciar o pensamento e ações das gerações futuras (MEDEIROS, 1992), sendo um processo tanto coletivo quanto individual. E para isso, é imprescindível o direito ao acesso à informação ambiental, a qual permite a efetiva sensibilização e conscientização crítica das questões ambientais e a responsabilidade de todo cidadão.

Contudo, o desenvolvimento da informação ambiental depende de vários fatores como: - o destino político e econômico de cada país; - a política adotada ao gerenciamento do meio ambiente; - a política interna e relacionamento dos órgãos de defesa ambiental e, - o desenvolvimento da tecnologia, comunicação e informação no país (VIEIRA, 1981). E por ter características inter e multidisciplinar, a informação ambiental considera conceitos científicos, sociais, religiosos e filosóficos, incluindo valores políticos e econômicos e discute conceitos das ciências físicas e biológicas (FREEMAN, 1986).

Assim, a informação ambiental pode ser entendida como serviços de informação e como metodologia político-filosófica. Como serviço, há a preocupação com os dados, documentos e informação interdisciplinar para apoio à tomada de decisão para a proteção e gerenciamento ambientais e mobilização da população em relação ao meio ambiente, enquanto como metodologia, a

informação ambiental é uma filosofia, com valores, julgamentos e ações que afetam a sociedade, a médio e longo prazos, sendo um instrumento de apoio à educação ambiental (VIEIRA, 1986).

Dessa forma, neste livro são apresentadas discussões que mostram a importância de se tratar o tema da educação e informação ambiental para a sustentabilidade. Cabe ressaltar, que a busca por esse entendimento ocorreu durante o Curso de Especialização de Educação Ambiental e Sustentabilidade, do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente – PROFIMA, do Núcleo de Meio Ambiente – NUMA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, com metodologia interdisciplinar, sendo o resultado das pesquisas e das reflexões apresentados em artigos, como mostrados a seguir.

Araújo e Canto, no Capítulo 1, discutem o papel e aplicação da educação ambiental como instrumento para resolução de conflitos gerados a partir de incidentes ocorridos no polo industrial de Barcarena, implantado quando da instauração dos Grandes Projetos na Amazônia brasileira. Desde sua implantação, desenvolvimento e operação, o polo industrial de Barcarena tem sido responsável pela geração de insumos e resíduos advindos da indústria mineral. Contudo, essas atividades têm gerado impactos econômicos, sociais e ambientais, provocando alteração no modo de vida das comunidades no entorno do empreendimento, com desapropriações, vazamentos de dejetos etc.

Dessa forma, os autores enfatizam a percepção de lideranças locais diante dessa problemática, bem como as externalidades negativas ambientais advindas desse processo, pois causam perda de bem-estar da sociedade de modo geral.

No capítulo 2, Nabiça e Silva, trazem discussão sobre a educação ambiental no contexto escolar, portanto, no ambiente formal, em especial ao tema dos resíduos sólidos. As autoras reforçam que a temática sobre o meio ambiente passou a ser destaque na educação, em razão da crise ambiental iniciada com a revolução industrial, a partir da produção de bens de consumo em grande quantidade e o aumento da geração de resíduos. Enfatizam,

ainda, que o problema dos resíduos sólidos passa, não somente pela sua produção, mas por sua destinação.

Dessa forma, as escolas são fundamentais para a prática da educação ambiental, a fim de contribuir por meio de atividades que propiciem a formação crítica dos educandos para a destinação dos resíduos sólidos, bem como possibilitar mudanças de hábitos e reflexões para minimizar os problemas causados pelos resíduos sólidos no ambiente.

Rosario e Maneschy, capítulo 3, apresentam as trilhas ecológicas como prática para a educação ambiental, usadas para interpretação ambiental, em que se relacionam as informações com o público, a fim de interação com o ambiente. As autoras concluem que a trilha ecológica proporciona a vivência didática dos conhecimentos teóricos, o que facilita as práticas de aprendizagem, dinamizando os processos e estimulando os discentes.

Nas trilhas ecológicas se almeja, portanto, não apenas o repasse de conhecimentos, mas que sejam realizadas interpretações do ambiente e o envolvimento do visitante de forma consciente, voltadas à sustentabilidade.

A informação para conservação ambiental é o tema do capítulo 4, em que Souza e Rocha discutem como a informação ambiental se constitui em suporte para tomada de decisão das políticas relacionadas à gestão de unidades de conservação no estado do Pará. Para isso, os autores destacam as estratégias de gestão de unidades de conservação estaduais, com ênfase à gestão das informações em sistemas de informação como instrumentos dessa gestão, nos quais são reunidas e organizadas informações ambientais, visando o acesso à informação para a eficiente gestão dessas unidades.

Os sistemas de informação permitem a concretização do ciclo informacional, que vai da coleta, organização, armazenamento, busca, recuperação, até a disseminação da informação ambiental, o que dará mais confiabilidade para a tomada de decisão em qualquer nível. Daí a importância de estudos

como o realizado por Souza e Rocha, capítulo 4, indicando caminhos para a gestão eficiente de unidades de conservação.

Outro instrumento que traz informações e contribui para a efetiva prática da educação ambiental, são as cartilhas, e no capítulo 5, Alvarenga, Bastos, Tupiassu e Gros-Désormeaux indicam informações para elaboração de uma cartilha informativa sobre o regime brasileiro de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, importante para a Amazônia, considerada como uma das regiões mais ricas em sócio biodiversidade do planeta. Os autores afirmam que a repartição de benefícios é um mecanismo que visa dividir os ganhos derivados do uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional entre os provedores e os usuários que desenvolvem e comercializam produtos, pois a ideia é que quem usa o recurso genético ou o conhecimento tradicional para desenvolver um produto, reparta com os provedores, os ganhos pela exploração econômica do produto.

Corrêa e Canto, capítulo 6, discutem sobre o uso e desperdício da água no ambiente escolar, apresentando contribuição da educação ambiental para a utilização da água de forma racional na escola. Os autores mostram a preocupação que se deve ter com o comprometimento ambiental relacionado a sua quantidade e qualidade, portanto, para seu uso racional, em especial nas escolas, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental. Com isso, é dado destaque à educação ambiental como ferramenta que pode ser usada para gerar discussões e possíveis mudanças de comportamento da comunidade escolar, para o uso consciente e racional da água.

Dentre as contribuições apresentadas pelos autores, no capítulo, 6, tem-se: a necessidade de promover a troca de saberes entre os educadores das diversas disciplinas, na visão de conduzir a comunidade escolar ao conhecimento e às possíveis mudanças comportamentais quanto ao uso racional da água; levar em conta a realidade dos alunos, para a mudança de comportamento, do contexto ambiental local para o global; realização de campanhas, encontros, palestras e discussões sobre a temática;

desenvolvimento de ações para o combate ao desperdício da água; valorização da água tanto de forma econômica, quanto social, ambiental e cultural, visando seus múltiplos usos.

Ferreira, Condurú e Flores, no capítulo 7, abordam como a educação ambiental pode contribuir para o ensino da biologia, a partir da abordagem crítica e da incorporação da legislação ambiental, em atenção aos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental, visando a formação da consciência ambiental dos educandos. As autoras entendem a educação ambiental crítica como uma forma de problematizar a realidade e a partir dela gerar discussões que norteiem o aprendizado conceitual, de maneira dialógica, permitindo aos educandos o compartilhamento de suas percepções na expectativa de despertar o envolvimento social para com as questões ambientais.

As autoras ainda ressaltam que a sociedade deve ser educada não somente no âmbito conceitual, mas de forma crítica e reflexiva, a fim de dar subsídios às manifestações ativas diante da complexidade ambiental. Complementam que embora existam muitas referências legais e normativas sobre a educação ambiental para a sustentabilidade, os currículos escolares ainda não conseguiram implementar o saber ambiental no processo de escolarização, bem como deve ser observada a capacitação contínua dos professores nesse processo. As autoras abordam a temática água no ensino da biologia, em que ao considerar a água um tema gerador, é fundamental para o entendimento sobre as consequências geradas sobre os recursos hídricos, pois é interessante discutir não só suas propriedades e importância, mas também refletir sobre como as atividades humanas vem alterando a dinâmica natural desse recurso ambiental.

Silva e Canto, no capítulo 8, utilizam a cartografia participativa para apresentar os conflitos territoriais e socioambientais na comunidade Quilombola Deus Ajude em Salvaterra, Marajó, no estado do Pará. Cabe ressaltar, que a cartografia participativa busca integrar os conhecimentos técnicos

aos saberes tradicionais e empíricos das populações envolvidas, gerando produtos de cunho democrático, com forte identidade cultural, devido a construção coletiva, cominando em um instrumento de transformação social. Nesse sentido, os autores afirmam que a cartografia participativa é uma estratégia que auxilia as comunidades quilombolas a enfrentar de forma mais eficiente e também serve como instrumento de afirmação para essas comunidades.

Como resultado, Silva e Canto apresentaram um produto cartográfico em que foram identificados e mapeados conflitos relacionados à sobreposição do território Quilombola Deus Ajude com a área de uma propriedade privada, à utilização de “rios privados” para pescarias, ao extrativismo em áreas de uso comum, à caça e ao uso de cemitério para fins e práticas religiosas.

No capítulo 9, Lima, Maciel e Flores apresentam análise sobre a relação entre a prática ambiental no ensino fundamental e a conservação da identidade da comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua, estado do Pará, a partir do trabalho ambiental desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Gregório Rosa Filho. Para isso, as autoras investigaram a educação formal não somente como uma disciplina específica, mas de forma interdisciplinar com as ações e atividades educacionais desenvolvidas na comunidade.

Nesse sentido, Lima, Maciel e Flores apontam a importância da educação ambiental em comunidades remanescentes de quilombos, a fim de que essa comunidade compreenda os impactos ao meio ambiente e como devem ser minimizados, ao mesmo tempo em que formam sujeitos autônomos e críticos, a partir do conhecimento vivenciado e transmitido. Considerando o papel da escola em debater o tema meio ambiente de forma transversal, constatou-se que na comunidade de Abacatal busca-se uma escola em que suas raízes e diferenças sejam respeitadas, sendo realizadas diversas atividades pedagógicas, por exemplo, ações de criação e reutilização dos recursos naturais da comunidade com a confecção de brinquedos

e objetos significativos no quilombo, que podem ser produzidos em oficina de materiais reciclados.

Pelo exposto, os artigos neste livro refletem a necessidade de se coletar, organizar e disseminar a informação ambiental para seu uso otimizado nas ações de educação ambiental, nos mais diversos contextos, seja em escolas, em indústrias, em unidades de conservação, trilhas ecológicas, biodiversidade, uso e desperdício da água, conflitos socioambientais e comunidades quilombolas. Essa diversidade de temas descortina a relação informação e educação ambiental, em busca da sustentabilidade da Amazônia.

Referências

BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 30 out. 2020.

FREEMAN, Robert R., SMITH, Mona F. Environmental information. **ARIST**, v.21, p. 241-305, 1986.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2020.

MEDEIROS, J. S. Leg- uma base de dados de legislação ambiental. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.1, jan./abr. 1992.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

VIEIRA, Anna da Soledade. Política brasileira de informação ambiental. **Ciência da Informação**, Brasília, v.10, n.2, 1981.

VIEIRA, A. S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.15, n.2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76401>. Acesso em: 15 set. 2020.

